

# O ASSISTENTE SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR: A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.<sup>1</sup>

Ana Carolina Vichiatt Arguim<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa as demandas cotidianas dos estudantes da E.E.B. Deputado Joaquim Ramos, do município de Imbituba/SC, com objetivo de compreender a importância do Assistente Social no interior das instituições de ensino regular, para mediá-las. Considerando que cada estudante traz consigo boa parte da realidade que vivencia em sua família ou comunidade, se faz relevante analisar sua condição de educando incluindo, além dos aspectos do processo da dinâmica e da realidade escolar, os elementos externos que formam este sujeito, afim de compreender como esta realidade influencia o seu comportamento na escola. Para tanto, o presente artigo se fundamenta em pesquisa bibliográfica acerca do tema, bem como pesquisa documental de caráter descritivo nos registros de ocorrências realizados pela direção da escola, além de aplicação de entrevista semiestruturada junto ao corpo docente e gestores da instituição de ensino pesquisada. Com base nos dados coletados e nas pesquisas bibliográficas realizadas, foi enfatizada a importância e a necessidade da atuação do profissional de Serviço Social dentro das instituições de ensino regular, considerando as prerrogativas estabelecidas pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Educação. Família.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação formal é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo descrito em seu artigo 205 como um “direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 2010, p. 136).

Com o passar dos anos, a vivência escolar foi se modificando, e novas demandas foram sendo apresentadas trazendo consigo um grande desafio para os profissionais da educação. Os conflitos, as situações de violência, drogadição, evasão escolar, baixo rendimento escolar, atualmente são desafios encontrados no cotidiano de uma instituição de ensino, e por muitas vezes, não se consegue

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso de Pós Graduação em Educação e Direitos Humanos: escola, violências e garantia de direitos, da Universidade do Sul de Santa Catarina. Orientadora: Prof. Msc. Neide Cascaes, Mestre em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina. neide.cascaes68@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social/Universidade do Sul de Santa Catarina.carolvichiatt@yahoo.com.br

solucioná-lo, por diferentes aspectos e motivos. Considerando esta realidade, optou-se refletir sobre a contribuição do Assistente Social nas instituições de ensino, uma vez que, entende-se que este é um profissional que possui as competências e atribuições necessárias para a resolução ou mediação de algumas das demandas mais críticas apresentadas no contexto escolar, como por exemplo, situações de drogadição, conflitos familiares, violência intra e extra familiar, evasão escolar, etc., que no entanto, não fazem parte diretamente das atribuições dos outros profissionais que compõem as equipes multiprofissionais e interdisciplinares do sistema de ensino.

O Serviço Social na educação vem sendo tema de debates e pesquisas há alguns anos e saber efetivamente quais contribuições o Assistente Social pode desenvolver junto às instituições de ensino regular, considerando as demandas no cotidiano da comunidade escolar e as competências e atribuições próprias da profissão, se faz necessário e torna-se o problema central deste estudo.

No ano 2000, foi criado o Projeto de Lei 3688/2000 (BRASIL, 2014), que dispõe sobre a prestação de serviço do Assistente Social e do Psicólogo nas redes públicas de educação básica, todavia, a referida lei ainda não foi aprovada. Contudo, o fato de se ver a necessidade de criar uma lei regulamentando a contratação destes profissionais específicos para compor as equipes multidisciplinares dentro das unidades de ensino, demonstra a preocupação da sociedade de modo geral e do Estado, com a realidade que vem se apresentando cada vez mais agravada, seja por situações de violência, evasão escolar, drogadição, e até mesmo criminalização.

Não obstante, a realidade destes sujeitos e suas famílias, soma-se a este contexto o desafio das relações sociais institucionais onde os trabalhadores da educação apresentam suas próprias demandas que, igualmente, requerem mediações especializadas.

Dada a centralidade que a educação ocupa na constituição da sociedade, deve-se considerar que as escolas são espaços privilegiados, constitutivos do sistema de garantia de direitos e que possui atribuições estratégicas a consolidação de direitos de crianças, adolescentes e famílias em diferentes situações e condições de vida, convívio, vulnerabilidade e risco social. Neste contexto, a presença do Assistente Social na escola pode representar a existência de mais um profissional a contribuir na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. Fato este que justifica a presente pesquisa.

O presente estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental de caráter descritivo com aplicação de entrevista semi estruturada junto ao corpo docente e gestores da E.E.B. Deputado Joaquim Ramos, no município de Imbituba/SC, sendo que, os resultados coletados foram tabulados e apresentados em forma de gráficos, segundo análise estatística e os dados qualitativos foram categorizados por ordem de similaridade de resposta e analisados à luz do referencial teórico que norteia o estudo. Com isto, objetiva-se analisar a realidade apresentada pela escola bem como fazer com que se compreenda a importância do trabalho do Assistente Social no campo da educação.

Com vistas a estudar o fenômeno em tese, parte-se da questão que norteia a pesquisa qual seja: qual a importância da atuação do assistente social no contexto das instituições de ensino regular?

Como objetivo geral desta pesquisa pretende-se: evidenciar a importância da atuação do assistente social no contexto das instituições de ensino regular, tendo por base a experiência na E.E.B. Deputado Joaquim Ramos, do município de Imbituba/SC.

Com relação aos objetivos específicos, temos: evidenciar possibilidades e limites de atuação do assistente social no âmbito escolar, considerando-se as atribuições privativas desta profissão; compreender como as demandas apresentadas no âmbito escolar têm relação com seu contexto familiar e com as vivências intra e extra escolares dos estudantes envolvidos; conhecer os procedimentos adotados pela instituição de ensino, diante das cenas de conflitos apresentados em seu cotidiano; analisar a compreensão do corpo docente e gestores da escola, no que se refere à solução e mediação dos conflitos envolvendo seus estudantes, bem como à atuação do assistente social em sua unidade escolar.

Considerando-se que o conceito de educação ora empregado, defende que seja proporcionado “[...] a todos os indivíduos as condições básicas para que se desenvolvam enquanto sujeitos de direitos [...]” (FAUSTINO, 2008, p. 1), pode-se compreender então, que a escola atualmente não se trata mais de espaços de transferência simples e limitada de conhecimentos historicamente construídos. Antes disso, as escolas e a educação no geral, assumem também a importante tarefa de contribuir para a construção e a emancipação social de seus estudantes, uma vez que é o ambiente onde a diversidade impera e se faz salutar o aprendizado diário de conviver, respeitar e compreender as diferenças de cada um, contribuindo assim

para o desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Para tanto, inegavelmente o diálogo entre família, escola, comunidade e agentes educadores, deve ser melhor compreendido e suas demandas efetivamente mediadas, o que, acredita-se, ser atribuição afim na atuação do Assistente Social.

## **2 A ESCOLA E O ASSISTENTE SOCIAL**

O ser humano é um ser social e desde o nascimento vive e convive com seus iguais, e o primeiro lugar onde o indivíduo realiza seus contatos com outros indivíduos, é na família.

[...] A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade (KALOUSTIAN, 1998, p. 11-12).

Justamente por ter fundamental importância e influência no desenvolvimento e na vida de seus membros, a família é um dos principais focos do trabalho do assistente social.

O assistente social, como um profissional que tem como seu objeto de intervenção as necessidades sociais, deve intervir nas expressões da questão social. Tais expressões rebatem no campo do trabalho como uma consequência do sistema que fundamenta o capitalismo, aparece no sujeito individual e/ou coletivo em situação de vulnerabilidade social e pessoal. É no âmbito da família que se encontram o maior número de demandas, e nela também que deve estar a ação do assistente social. (SANTOS, 2012, p. 126).

Quando chega à idade escolar, o indivíduo continua seu aprendizado no que diz respeito à convivência social, todavia, a criança e o adolescente que chegam à escola, trazem consigo uma história de vida; trazem consigo sua realidade vivenciada no seio de sua família ou em sua comunidade, e isso não pode ser um obstáculo para que o papel educacional e social da escola seja efetivado.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) coloca a educação formal como um direito de todos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 é o principal marco, colocando o acesso à educação como um direito social, e conforme

descreve em seu artigo 205, “direito de todos e dever do Estado e da família”. (BRASIL, CF, 1988)

Para que a educação, principalmente em nosso país, pudesse chegar a ser como a vemos hoje, um longo caminho foi percorrido, mas é sabido que ainda há muito a se percorrer para que possa atingir a todos. Muito precisa ser modificado e muito precisa ser colocado em prática, de fato, em abrangência e qualidade de serviços.

Não é difícil, em uma conversa com professores, diretores, funcionários ou mesmo com os pais de estudantes, ouvir falar em dificuldades dentro do ambiente escolar. Essas dificuldades mencionadas podem ser pedagógicas, estruturais, de relacionamento entre os próprios profissionais ou com os estudantes, ou mesmo apenas entre os próprios estudantes, além de situações de violência, drogadição e problemas familiares, dentre inúmeros outros que extrapolam a capacidade de mediação da dimensão pedagógica das salas de aula.

Para algumas dessas dificuldades, mais investimentos financeiros ou ampliação dos recursos humanos e capacitação dos profissionais, poderiam amenizar ou até mesmo resolvê-las. Já no que diz respeito às dificuldades apresentadas dentro da unidade escolar, oriundas de uma realidade que ultrapassa os muros da escola, como a violência, é necessária a intervenção de um profissional especializado, que compreenda até que ponto a realidade vivenciada na família, na comunidade, pode interferir no comportamento e/ou na postura de um estudante ou até mesmo de um profissional dentro da escola. É neste ponto que se faz necessária a intervenção do assistente social dentro da unidade escolar.

Martins apud Santos (2012, p. 129) refere que:

A resolução das problemáticas sociais que chegam ao contexto escolar e demandam por ações conjuntas e eficazes, requer, especialmente dos profissionais do Serviço Social, a busca de estratégias que assegurem o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; favoreçam a relação família-escola-comunidade, ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; oportunizem a ampliação da visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; proporcionem a articulação entre a educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.

O trabalho do assistente social na educação pode e deve ir muito além de mediação de conflitos, uma vez que atualmente, a realidade que se apresenta no ambiente escolar ultrapassa essas questões.

A contribuição do fazer profissional do Serviço Social aos profissionais da educação é no sentido de auxiliar e facilitar o enfrentamento de questões sociais, as quais dificultam na aprendizagem do aluno, tais como violência, infrequência na escola, drogadição, desavenças familiares, entre outras questões. (SANTOS, 2012, p. 127).

Ainda neste sentido, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, também defende a atuação do Assistente Social na educação:

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria de suas condições de enfrentamento da vida escolar. [...]

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação efetiva. (CFESS, 2001, p.12).

Considerando a atual realidade apresentada nas escolas do país, comprovou-se a necessidade de atuação do assistente social nas escolas de ensino regular, e sendo assim, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei 3688/2000, que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica”. (BRASIL, 2014).

O fato é que a escola não pode mais ser vista apenas como um local onde crianças e adolescentes frequentam para aprender matérias como português, matemática, história, etc. Há muito tempo a escola também possui papel importante no desenvolvimento social de seus estudantes, uma vez que é um ambiente onde a diversidade se impõe e o aprender a conviver com o outro é essencial. A escola precisa se perceber como parte integrante importante da rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

A constituição das políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, baseia-se na premissa de que estes são seres em desenvolvimento, sujeitos de direitos.

A condição peculiar de pessoa em desenvolvimento denota que estes não têm, ainda, a capacidade de garantir e lutar, sozinhos, pelos seus direitos. Por essa razão, necessitam de proteção especial e de garantias legais, além de dispositivos para normatizar ações práticas de atendimento. (SILVA; GUIMARÃES, 2009, p.179)

Importante salientar que a atuação de equipes multidisciplinares, formadas por profissionais especializados e com competências para trabalhar a realidade que se apresenta no cotidiano escolar, que muitas vezes ultrapassam os muros da escola – como o assistente social, por exemplo – se faz essencial e urgente.

Outro ponto importante a ser mencionado é o fato de que as escolas como integrantes da rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes, devem ser capazes de reconhecer sua problemática e estabelecer uma comunicação mais eficaz com os demais organismos que fazem parte da mesma rede, para que desta forma, se consolide a intersetorialidade e a integralidade entre as políticas de direitos.

## 2.1 A POSSIBILIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA: A REALIDADE DA E.E.B. DEPUTADO JOAQUIM RAMOS – IMBITUBA/SC

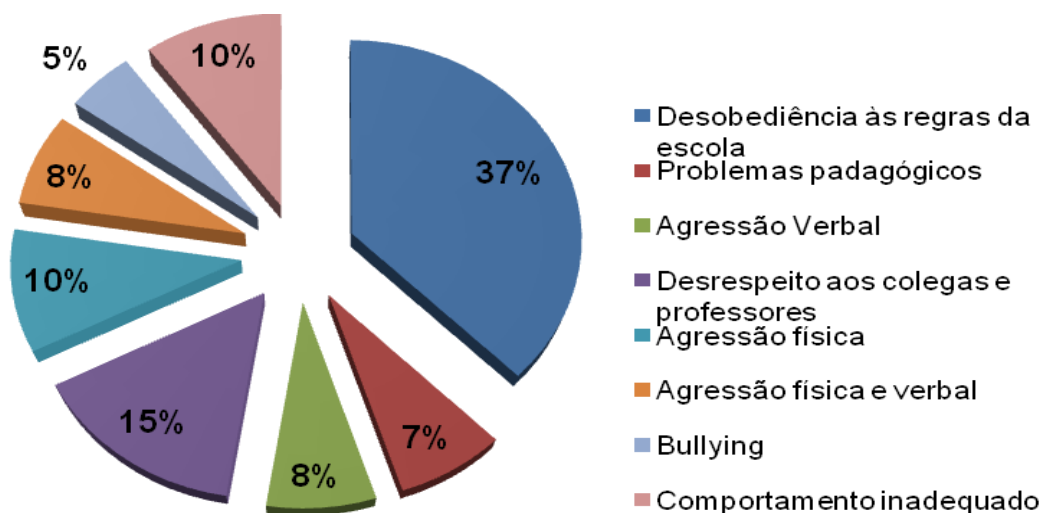
O presente estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental de caráter descritivo com aplicação de entrevista semiestruturada junto ao corpo docente e gestores da E.E.B. Deputado Joaquim Ramos, no município de Imbituba/SC.

A primeira etapa para a realização desta pesquisa foi a verificação das situações dentro da unidade de ensino envolvendo seus estudantes, registradas no livro de ocorrências da escola. Cabe ressaltar, que a instituição de ensino pesquisada adota livros de ocorrências em cada sala de aula, que são utilizados pelos professores para registro de situações diversas – consideradas por estes como prejudiciais aos seus estudantes e ao andamento das aulas, como por exemplo, a indisciplina – bem como um livro de ocorrências também na direção da escola. Considerando que pretendemos entender a realidade da escola como um todo e não de uma turma específica, para esta pesquisa nos detivemos apenas ao livro de ocorrências da direção da escola.

O objetivo desta pesquisa documental foi de entender as situações mais frequentes envolvendo os estudantes, passíveis de registro no livro de ocorrências.

Sendo assim, fizemos levantamento dos registros efetuados entre os meses de junho a dezembro do ano letivo de 2014. Os dados coletados foram agrupados por similaridade e tabulados, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Registros no livro de ocorrências da escola.



Fonte: Livro de Ocorrências da E.E.B. Deputado Joaquim Ramos, no município de Imbituba/SC, registros realizados de junho a dezembro de 2014.

O gráfico acima evidencia as situações registradas no livro de ocorrências da E.E.B. Deputado Joaquim Ramos, entre os meses de junho a dezembro do ano letivo de 2014.

Conforme podemos observar, a maior parte dos registros, 37%, se refere à desobediência às regras da escola, ou seja, atrasos no início das aulas; saída antes do término da aula; não uso de uniforme; não retorno à sala de aula após o recreio; etc.

Outra ocorrência frequente na escola pesquisada é o desrespeito aos colegas e professores, tendo registro de 15%. Também observamos registros que classificamos como comportamentos inadequados, alcançando 10% das ocorrências registradas.

Este tipo de registro diz respeito a comportamentos dos alunos, considerados incoerentes com sua idade, principalmente, falas com teor sexual. Também com 10% dos registros, está a agressão física, seguida pela agressão verbal, com 8% e



agressão física e verbal, igualmente com 8% dos registros. Estes registros em específico, não foram classificados pela escola como bullying, e resolvemos manter desta maneira, por considerar que nem toda agressão, seja ela física, verbal ou física e verbal juntas, configura bullying.

Dentre as principais agressões físicas relatadas pela escola no livro de ocorrências, estão os empurrões. Já a respeito das agressões físicas e verbais juntas, estão incluídas discussões que acabaram resultando em vias de fato. Nos registros classificados como problemas pedagógicos, que alcançaram 7%, estão incluídas as situações onde os alunos se recusam a fazer as tarefas e/ou trabalhos propostos pelos professores. Os registros de bullying alcançaram apenas 5% das ocorrências constantes no livro.

O resultado desta pesquisa documental realizada no livro de ocorrências da escola revela o que já se esperava: os estudantes refletem na escola o que vivenciam em sua família e na comunidade, segundo Gomes e Filho (2004) citados abaixo.

Para os autores, o fato é que se em casa não lhes é imposto limites e regras, dificilmente cumprirão as normas e regras impostas pela escola. Além disso, [...] “a criança ‘coisificada’ é submetida e aprende a submeter-se à violência e, após algum tempo, incorpora-a como algo comum, reproduzindo-a no seu dia a dia.” (GOMES; FILHO, 2004, p. 18).

Com esta afirmação podemos concluir que, se crianças e adolescentes vivenciam a violência em sua família e comunidade, refletirão este comportamento em suas relações em outros espaços com os quais também convivem. Importante salientar que quando se menciona o termo “submeter a criança à violência”, pretende-se referenciar a violência em seu mais amplo sentido:

A palavra violência vem do termo latino vis, que significa força. Assim, a violência é abuso da força, usar de violência é agir sobre alguém ou fazê-lo agir contra sua vontade, empregando a força ou a intimidação. É forçar, obrigar. [...] É sevícia e mau-trato, quando se trata de violência psíquica e moral. É cólera, fúria, irascibilidade, quando se trata de uma disposição natural à expressão brutal dos sentimentos. É furor, quando significa o caráter daquilo que produz efeitos brutais [...]. (VERONESE; COSTA, 2006, p. 101-102).

Sendo assim, podemos afirmar que a convivência com a violência não se dá apenas por meio da submissão a violência física, mas também à submissão a outras formas de violência, como a psicológica e a negligência.

A violência psicológica também designada como tortura psicológica ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, representando formas de sofrimento psicológico. A negligência representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, vestir adequadamente seus filhos, e quando tal falha não é resultado das condições de vida além do seu controle. (GUERRA, 2001, p. 33).

Com o resultado do levantamento dos registros do livro de ocorrências da escola, passamos para a segunda etapa, realizando entrevista junto aos gestores e corpo docente da instituição de ensino.

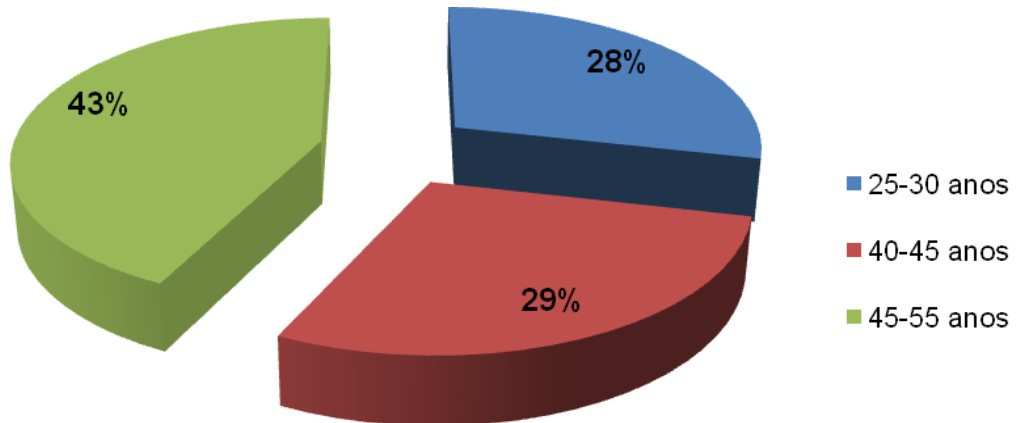
A E.E.B. Deputado Joaquim Ramos possui regularmente matriculados 222 alunos, e seu quadro docente é composto por 24 professores, uma (1) diretora, uma (1) secretária, uma (1) coordenadora pedagógica e uma (1) orientadora educacional.

Para esta pesquisa optou-se por realizar a entrevista com quatro professores, e com as gestoras da escola: diretora, coordenadora pedagógica e orientadora educacional, totalizando sete entrevistados.

As entrevistas com os pesquisados foram realizadas em local reservado, uma vez que entendemos ser importante ficar a sós com os entrevistados salvaguardando o sigilo necessário. Sendo assim, optou-se por realizar as entrevistas na sala dos professores, durante as aulas. A escolha dos professores foi feita de maneira aleatória. Considerando que não havia possibilidade de retirar o professor da sala de aula para realizar a entrevista, com o aval da direção, entrevistamos aqueles professores cujos alunos estavam na aula de educação física, e sendo assim, estavam disponíveis.

A respeito do perfil dos entrevistados, houve maior variável no que se refere à idade e ao tempo de atuação do profissional na instituição de ensino pesquisada. Todos os entrevistados são do sexo feminino.

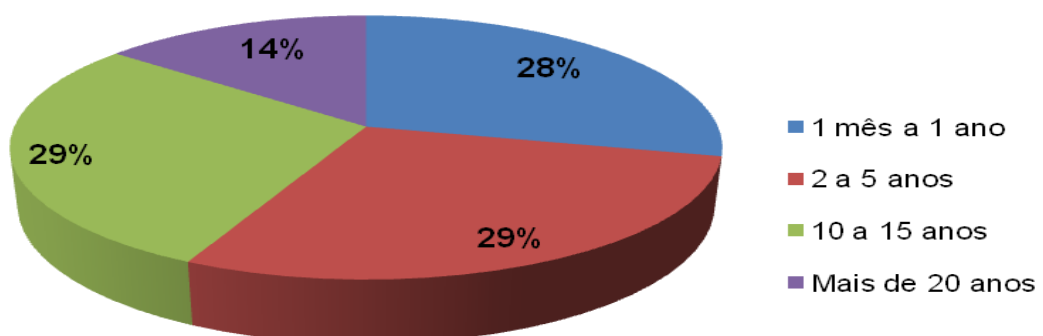
Gráfico 2: Idade dos entrevistados.



Fonte: Pesquisa realizada pela acadêmica, na E.E.B. Deputado Joaquim Ramos, no primeiro semestre do ano de 2015.

Conforme demonstra o gráfico acima, 43% das entrevistadas têm idades entre 45 e 55 anos. 29% têm idades entre 40 e 45 anos de idade; e 28% das entrevistadas possuem idade entre 25 e 30 anos de idade.

Gráfico 3: Tempo de atuação na instituição de ensino pesquisada



Fonte: Pesquisa realizada pela acadêmica, na E.E.B. Deputado Joaquim Ramos, no primeiro semestre do ano de 2015.

O gráfico acima evidencia o tempo de atuação das profissionais entrevistadas especificamente na instituição de ensino pesquisada: 29% das entrevistadas atuam nesta escola de 2 a 5 anos; com mesmo percentual estão aquelas que atuam na referida unidade de ensino de 10 a 15 anos. Aquelas profissionais que atuam na escola pesquisada de um (1) mês a um (1) ano somam 28%, seguida por aquelas que atuam nesta escola a mais de 20 anos, com um percentual de 14%.

Importante conhecer o mínimo a respeito das entrevistadas, como por exemplo, a idade e o tempo de atuação na escola pesquisada, para assim melhor compreender o conhecimento das mesmas a respeito das perguntas formuladas. Sendo assim, percebeu-se que aquelas cujo tempo de atuação na escola pesquisada é maior, obviamente, compreendem melhor a realidade vivenciada no cotidiano da referida unidade de ensino, bem como da realidade familiar de seus alunos.

Perguntamos às entrevistadas, suas percepções a respeito das ocorrências mais freqüentes registradas no livro de ocorrências da escola. Com poucas variações de respostas, a maioria respondeu que as maiores ocorrências registradas dizem respeito à indisciplina dos estudantes, conforme demonstram as transcrições de algumas das respostas:

Faltas de uniforme, uniforme, é... quando eles não fazem a tarefa também. Normal assim... por brigas até agora não vi. [sic]<sup>3</sup>  
 A indisciplina, tarefa que eles não fazem, brigas às vezes, discussão. [sic]<sup>4</sup>  
 Mais é comportamento. [sic]<sup>5</sup>  
 Indisciplina, tais como palavrões, desacato aos professores. [sic].<sup>6</sup>  
 Mais é problema com aluno... . Indisciplina de aluno. [sic]<sup>7</sup>

Já discorreremos anteriormente a respeito dos registros no livro de ocorrências da escola, onde ficou comprovado que as situações mais registradas dizem respeito

<sup>3</sup> Entrevistada III. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

<sup>4</sup> Entrevistada IV. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

<sup>5</sup> Entrevistada V. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

<sup>6</sup> Entrevistada VI. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

<sup>7</sup> Entrevistada VII. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

à quebra de regras da escola, o que de certa forma não deixa de ser também caracterizado como indisciplina por parte dos estudantes.

A indisciplina seria, talvez, o inimigo número um do educador atual, cujo manejo as correntes teóricas não conseguiriam propor de imediato, uma vez que se trata de algo que ultrapassa o âmbito estritamente didático-pedagógico, imprevisto ou até insuspeito no ideário das diferentes teóricas pedagógicas. (AQUINO, 1996, pág. 40).

Com o intuito de compreender os procedimentos adotados pela unidade de ensino pesquisada, no que se refere às situações de conflitos que são registradas no chamado livro de ocorrências da escola, questionamos às entrevistadas qual o objetivo do registro de determinadas situações no referido livro. A maioria das respostas a este questionamento estão pautadas na necessidade de se ter um documento que comprove as ações da escola nas situações de conflitos envolvendo seus estudantes.

É... a importância é que, quando há ocorrência, como tem a orientadora, a gente faz a nossa parte quanto a conversar, orientar. Quando acontece freqüente, com o mesmo aluno, nós registramos até porque aí eu vou chamar os pais, e mostrar pra eles que o realmente está acontecendo... porque as vezes só na fala, se perde alguma fala e o pai pode de repente nem acreditar o que realmente ta acontecendo... então, quando a gente chama o aluno... claro que quando são casos assim mais graves, eu já registro né, com os envolvidos, com o acontecido e eles assinam embaixo do que aconteceu, afirmando realmente, e quando necessário daí eu chamo os pais, mostro para os pais e eles assinam embaixo. Até pra ficar um registro pra... como um documento né... é um documento. [sic]<sup>8</sup>

Assim ó, deixa eu te explicar... porque a gente tem ter alguma coisa registrada, pra quando a gente for é... acionar conselho, acionar alguma coisa mais específica ou... ah uma coisa grave a gente tem aquilo ali anotado, né [...] [sic]<sup>9</sup>.

Sendo assim, ficou evidenciado que o chamado livro de ocorrências possui muito mais um papel documental do que uma providência propriamente dita. As respostas a outro questionamento, também referente ao livro de ocorrências, confirmam esta afirmação.

Questionamos quais as providências adotadas após o registro no livro, e a grande maioria das entrevistadas mencionou que após este registro, o estudante é chamado para falar a respeito, e assina abaixo da descrição do fato com o qual está ou esteve envolvido. Após, a escola solicita a presença dos pais ou responsáveis na

<sup>8</sup> Entrevistada III. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

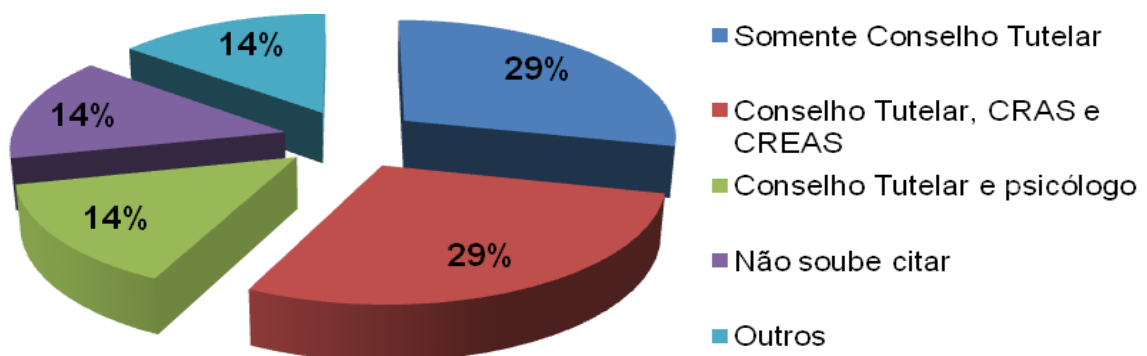
<sup>9</sup> Entrevistada VI. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

escola, para conversar a respeito do ocorrido, bem como para que estes também assinem a ocorrência, ficando cientes da situação de conflito com as quais seu filho está ou esteve envolvido. Via de regra, as ações da escola se encerram com estas providências.

Com as respostas a ambas as perguntas, ficam evidenciadas as limitações da escola a respeito de sua atuação para a solução de conflitos envolvendo seus estudantes. Fato este que reforça a importância de um profissional que atue exatamente em situações como estas, contribuindo na efetivação das ações das escolas, conforme anteriormente apontado por Martins apud Santos (2012) ao se referir ao papel do Assistente Social no âmbito escolar.

Quando questionadas a respeito de seu conhecimento sobre a existência de serviços/programas no município de Imbituba, para a garantia de direitos de crianças e adolescentes, todas as entrevistadas responderam positivamente, afirmando saber existir este tipo de serviço no município. Todavia, quando questionadas sobre quais seriam estes programas/serviços, as respostas variaram, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 4: Programas/serviços de proteção às crianças e aos adolescentes, existentes no município de Imbituba/SC, segundo as entrevistadas.



Fonte: Pesquisa realizada pela acadêmica, na E.E.B. Deputado Joaquim Ramos, no primeiro Semestre do ano de 2015.

O gráfico acima evidencia o conhecimento das entrevistadas a respeito dos programas e serviços para garantia de direitos de crianças e adolescentes, no

município de Imbituba. 29% das entrevistadas entendem que o único órgão para garantia de direitos de crianças e adolescentes no município, é o Conselho Tutelar.

Com igual percentual, estão aquelas que reconhecem como serviços de garantia de direitos, além do Conselho Tutelar, também o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Com 14% estão aquelas que reconhecem o Conselho Tutelar e psicóloga, como sendo um serviço de garantia de direitos para crianças e adolescentes, seguidas por aquelas que não souberam citar, e por aquelas que citaram outros serviços que não são de garantia de direitos, como escolas de futebol, judô, xadrez.

Estas respostas demonstram que os profissionais da educação possuem uma ideia do que seja o sistema de garantia de direitos para as crianças e adolescentes, mesmo considerando o fato de que nem todos responderam ao questionamento de maneira completa ou correta. Embora não tenham amplo conhecimento a respeito do sistema de garantia de direitos, as entrevistadas entendem que a escola faz parte deste sistema, e acreditam ser necessário um trabalho em parceria entre escola e a rede de atendimento para as crianças e adolescentes. Mencionam o trabalhar junto como uma maneira de solucionar ou ao menos superar estas questões que surgem no cotidiano escolar, mas não especificam de que maneira exatamente poderia ocorrer esta parceria mencionada.

Eyng; D'Almeida; Paciecittch, (p. 9), evidencia que:

Para a efetividade do trabalho em rede são necessárias relações, vínculos, compromissos entre pessoas e/ou organizações que a compõe. [...]  
Para a efetivação de parcerias é fundamental a valorização do potencial das pessoas e instituições buscando construir novas formas de relações entre as pessoas. Também é importante nessa parceria: partilhar conhecimentos; reconhecer a especificidade do papel de cada um, ter flexibilidade, reavaliar as ações; ter criatividade, entre outros.

As autoras afirmam que, para de fato ocorrer o trabalho em rede, se faz necessário, primeiramente, o estabelecimento de parcerias com as demais políticas públicas. Por sua vez, para a efetivação das parcerias é necessário o partilhar conhecimentos, e principalmente, conhecer o papel e o trabalho de cada agente da rede de atendimento às crianças e aos adolescentes.

Esta pode ser considerada mais uma demanda para o Assistente Social: apresentar à escola a rede de atendimento que compõe o sistema de garantia de

direitos às crianças e aos adolescentes, com vistas a estabelecer parcerias e desta maneira de efetivar de maneira eficaz o chamado trabalho em rede, envolvendo a escola com as demais políticas públicas do sistema de garantia de direitos.

Em resposta a outro questionamento da pesquisa, a maioria das profissionais entrevistadas declarou ter conhecimento a respeito da realidade familiar de seus estudantes, principalmente daqueles que mais se envolvem em conflitos:

São famílias muito carentes, que tem muitos irmãos, e a família não dá muita atenção, é... porque assim, eles são muito carentes de amor. Eles são rebeldes né. [sic]<sup>10</sup>.

Olha, não dá pra gente dizer que é por causa disso... porque tem criança que a família já é conflitante né, aí eles vem com um monte de coisa de casa. Mas tem criança que não, que é tudo tranqüilo e eles... é da índole. A gente conhece, mas não conhece toda... a gente conhece o que eles nos contam na verdade né. O que eles nos contam... mas assim, a gente não visita, a gente não frequenta pra ver o que realmente tem lá dentro. Tem crianças que o pai ta preso, aí eles nos contam quando o pai ta preso, quando o pai sai, quando o pai arruma emprego, quando apanha, esse tipo de coisa cotidiana né. [sic]<sup>11</sup>.

O que se percebe é... assim ó, pra falar verdade... porque uma questão que a gente... mais assim que é comum na nossa escola das família é... eu vejo que é uma questão social... assim a família, uma desestrutura da família... Vejo também assim, que hoje, pai e mãe tem que trabalhar pra manter sua situação financeira, então os filhos as vezes ficam até sozinhos, os mais velhos cuidando dos mais novos. Responsabilidades até precoces né, porque na realidade eles tem idade de serem cuidados e não de cuidar de alguém. [sic]<sup>12</sup>

Falta de estrutura familiar, eu tenho crianças com pais presos, eu tenho crianças que foram abandonadas pela mãe e são criadas pelos avós... e filhas de meretrizes que foram adotadas por outras famílias... isso porque eu trabalho com o pequeninhos né. Também tenho crianças que são filhos de pessoas usuários de drogas. [sic]<sup>13</sup>

As respostas obtidas no que se refere à realidade familiar dos estudantes da escola pesquisada, demonstra que a mesma atende crianças e adolescentes oriundos de famílias que vivenciam algumas situações de vulnerabilidade. Neste sentido, as respostas reforçam a importância de a instituição escolar compreender o fenômeno familiar violento a que crianças e adolescentes estão inseridos e como a presença de um profissional de serviço social poderia ser aproveitado na escola.

<sup>10</sup> Entrevistada I. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

<sup>11</sup> Entrevistada II. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

<sup>12</sup> Entrevistada III. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

<sup>13</sup> Entrevistada V. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.



São famílias com carência financeira, problemas familiares decorrentes do uso de drogas, famílias com arranjos familiares diferenciados, enfim, são famílias que muitas vezes, devido à realidade que vivenciam, negam aos filhos atenção e carinho necessários.

Santos, (2012, p. 128), adverte que:

É no cotidiano da escola e da família que se apresentam as diferentes expressões da questão social, como desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, família multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, dentre outras manifestações. O enfrentamento destas demandas evidencia a inserção do profissional de Serviço Social, com o objetivo de cooperar para a resolução destas e de outras problemáticas que desafiam a escola, a família e a sociedade como um todo.

Por outro lado, pode-se afirmar, com base nas respostas, que ainda há na mente e no imaginário das pessoas a idealização da família perfeita, da “família estruturada”, ao negarem o processo de vitimização a que são cotidianamente confrontados.

As expectativas em relação à família estão, no imaginário coletivo, ainda impregnadas de idealizações, das quais a chamada família nuclear é um dos símbolos. A maior expectativa é de que ela produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidade e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem. No entanto, estas expectativas são possibilidades, e não garantias. A família vive num dado contexto que pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades. (CARVALHO, 2000, p.13).

Considerando a realidade vivenciada no lar, o estudante traz consigo para a escola o que aprende e vivencia na família e na comunidade, e desta maneira, conforme defende Pacievitch, Girelli e E yng (2009), a escola acaba tendo que lidar com as mais diversas e por vezes complexas situações trazidas pelo estudante para o cotidiano escolar.

A escola é, em certo sentido, uma espécie de caixa de ressonâncias das turbulências que ocorrem nos diferentes meios sociais de onde procedem seus integrantes, o que leva a afetar sua vida na escola, interferindo no relacionamento com colegas e professores. ” (PACIEVITCH; GIRELLI; EYNG, 2009, p. 7070).

Dando prosseguimento à pesquisa, com o objetivo de entender as dificuldades encontradas pela escola para a solução dos conflitos que surgem no

cotidiano escolar, questionamos quais as maiores dificuldades da referida unidade de ensino, com relação aos conflitos apresentados no âmbito escolar. As respostas, em sua maioria, nos demonstraram mais uma vez, ligação com a realidade familiar. As entrevistadas mencionaram dificuldade de atuação dos pais ou responsáveis para auxiliar na solução dos conflitos envolvendo seus filhos na escola:

Eu acho que é a atuação dos pais, porque a escola, a gente faz a nossa parte... se bem que a gente sabe que precisa de muito mais, a gente tá sempre procurando... mas o que eu noto nesses alunos... tem alguns que resolve, os pais dão jeito, resolvem... Mas assim, o que a gente vê é sempre os mesmos alunos, os pais vêm porque a gente chama, conversa... mas aí no outro dia a gente espera que o aluno venha com outra mudança e ele vem com a mesma. Então parece assim que... eu não sei o que tá acontecendo lá na família que... o pai não consegue também fazer que ele mude, e venha pra escola com outra mudança. Então parece que... que o maior problema que eu vejo é essa parte, o que os pais têm que fazer pra tá nos auxiliando né. O que fazer? [sic]<sup>14</sup>

A participação dos pais com certeza. Geralmente os alunos que dão mais problemas, são aqueles que os pais quase não participam né... porque daí eles se tornam assim, eles acham que são dono do próprio nariz, fazem do jeito querem... então geralmente os que dão mais problemas são aqueles que os pais quase nem vem na escola, a gente quase nem conhece, só conhece por ouvir falar. [sic]<sup>15</sup>

Analisando as respostas acima, fica evidente a ausência dos pais tanto na vida escolar dos filhos, quanto na educação dos filhos propriamente dita. Hoje há uma inversão de responsabilidades no que tange o papel da escola e o papel da família. É muito comum ouvirmos que é a escola quem tem que educar. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 22, explicita as responsabilidades dos pais/guardiões no que se refere ao sustento e educação de seus filhos/pupilos: “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e **educação dos filhos menores** (grifo nosso), cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais”. (BRASIL, 2012, p.13).

A escola exerce o seu papel enquanto ambiente de conhecimento, de socialização e formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. A família por sua vez, deve exercer o sustento, educação e assumir as responsabilidades inerentes ao desenvolvimento de seus filhos/pupilos.

<sup>14</sup> Entrevistada III. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

<sup>15</sup> Entrevistada IV. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

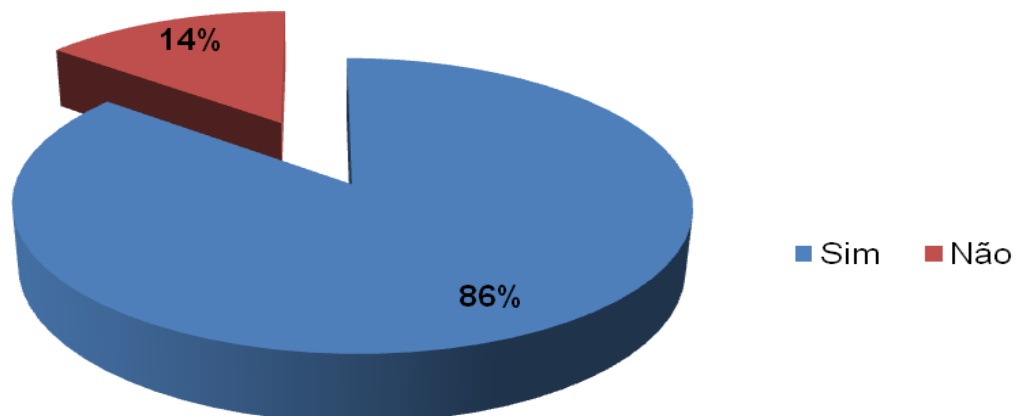
Considerando as situações envolvendo as famílias dos estudantes, o Assistente Social é o profissional que tem competências e atribuições necessárias para auxiliar na resolução destas questões, estreitando a relação escola-família. Para Santos (2012), o principal objeto de intervenção do Assistente Social são as necessidades sociais que se apresentam das mais diversas formas, e sendo assim, este profissional deve intervir diretamente nas questões sociais. Isto posto, pode-se afirmar que a família é o seu principal foco de trabalho, uma vez que é nela que se encontram as maiores demandas sociais.

Não é possível trabalhar com o estudante sem levar em consideração sua realidade e sua vivência familiar. A escola tem como seu principal objetivo formar o conhecimento humano, mas é sabido que atualmente o papel da escola é muito mais abrangente do que isso: é também um meio de socialização, e para tanto, deve estar preparada para receber estes estudantes com realidades tão diversificadas e incluí-los de tal maneira que estejam preparados para viver em sociedade.

A educação, como é uma política pública que procura desenvolver o senso crítico do aluno, deve conhecer e respeitar a realidade social, cultural e econômica dos alunos, tendo um conhecimento geral da comunidade na qual o educando encontra-se inserido. Assim, o Serviço Social é inserido na escola com o intuito de contribuir com as ações de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos, para que, juntos, possam trabalhar com a educação, com a consciência, com a oportunidade de que as pessoas tornem-se sujeitos de sua própria história. (SANTOS, 2012, p. 127).

Observando e entendendo que a atuação do Assistente Social na política de educação se faz cada dia mais urgente e necessária, questionamos as entrevistadas se as mesmas tinham conhecimento de que o Assistente Social poderia fazer parte da equipe de trabalho na educação. Os resultados foram tabulados e apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico 5: Conhecimento a respeito da possibilidade de atuação do assistente social na educação



Fonte: Pesquisa realizada pela acadêmica, na E.E.B. Deputado Joaquim Ramos, no primeiro semestre do ano de 2015.

Como podemos observar, a maioria esmagadora das entrevistadas (86%) afirma ter conhecimento de que o Assistente Social pode fazer parte da equipe de trabalho na Política de Educação. Isto demonstra uma maior aceitação por parte dos profissionais da educação a respeito do trabalho do Assistente Social no campo educacional. Talvez esta seja uma consequência das demandas envolvendo questões sociais, apresentadas no cotidiano das instituições de ensino, fazendo com que os profissionais da educação compreendam que, conforme afirma Santos (2012), para de fato contribuir para a construção da cidadania e emancipação social de seus estudantes, o diálogo entre a família, a comunidade, a escola e os profissionais da educação deve ser efetivada.

O fato é que, trabalhar todas essas questões no ambiente escolar, ultrapassa as questões pedagógicas e demonstra ser mais do que necessário a inserção do profissional de serviço social no âmbito escolar, e ter o apoio e o reconhecimento dos profissionais da educação nesta questão, é um grande avanço no que se refere a ampliação do quadro de equipe multidisciplinar na educação.

No atual contexto, não há como confundir o papel do orientador pedagógico ou do orientador educacional, com o papel do assistente social. No campo educacional, são áreas complementares, mas diferentes. Cada um tem seu espaço, seu método de trabalho e abordagem, bem como suas competências e atribuições específicas.

As atribuições dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres escritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes instrumentos afirmam a concepção de projeto ético político profissional hegemônica no serviço social brasileiro, gestada desde o final dos anos 1970. Tais princípios, direitos e deveres, articulados às atribuições e competências, devem ser observados e respeitados tanto pelos/as profissionais, quanto pelas instituições empregadoras. Vale lembrar que competências “expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” e atribuições se referem “às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas.” (Iamamoto, 2002, pág. 16). (CFESS, p. 25-26).

Neste mesmo sentido, questionamos a respeito de que papel o assistente social poderia desenvolver dentro da política de educação, e a grande maioria, respondeu:

Eles já fazem tanto. Mas podiam trabalhar mais envolvido com a escola, com as famílias também. [sic]<sup>16</sup>

Ela poderia estar junto fazendo a parceria família e escola... ela poderia ser um elo né... uma ponte. [sic]<sup>17</sup>

Justamente essa integração entre escola e família. [sic]<sup>18</sup>.

Acredito que seria esse elo né, a escola com a família. Porque cada um de nós na escola tem a sua função pedagógica na verdade né... e nós todos que trabalhamos na escola, a gente é formado na área da educação... então eu acho que um assistente social, ele faria essa parte social que falta da escola... é essa ligação escola – família, que seria muito bom. [sic]<sup>19</sup>

As respostas obtidas reforçam que as entrevistadas, em sua maioria, têm conhecimento da importância de atuação do Assistente Social nas instituições de ensino. Isto vai ao encontro do que defendem autores, como Santos (2012), que afirma que a questão social, manifestada por situações de desemprego, carência financeira, habitação inadequada, drogadição, negligência por parte dos pais, e diversos problemas familiares, dentre outras, são demandas que justificam a inserção do Assistente Social no ambiente escolar.

<sup>16</sup> Entrevistada I. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

<sup>17</sup> Entrevistada V. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

<sup>18</sup> Entrevistada VII. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

<sup>19</sup> Entrevistada VI. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

Com isto, atuando de acordo com suas atribuições e competências específicas, o Assistente Social tem a possibilidade de buscar resoluções eficazes para estas e outras demandas envolvendo a realidade social de seus estudantes, bem como para os reflexos trazidos por esta realidade ao cotidiano escolar, e desta maneira, aproximar a família da escola.

A respeito da necessidade de atuação de um assistente social no atual contexto da escola pesquisada, 100% das entrevistadas acreditam que há necessidade de haver este profissional atuando dentro da referida unidade de ensino:

Sim. Poderia estar fazendo visitas nas famílias dos alunos problemas, claro... visitas com as famílias, atendimento com essas famílias né... projetos... aí seria, claro, na função dele, na sua profissão, no que cabe a ele fazer, mas acredito que seria muito bom... porque ele estaria se deslocando da escola pra fazer um trabalho lá na família, em casa ou na escola também. Porque a gente tem que sair pra fazer visita, mas o dia a dia da escola é tão corrido... a gente não consegue ir. Esses alunos problemas, eu tenho... eu digo, a gente tem que tirar um tempinho e ir na casa... o pai até vem aqui, mas aquele que realmente não pode, nós temos que ir, a gente tem que ir visitar pra ver a situação... esse ano o projeto é buscar a família pra escola. [sic]<sup>20</sup>

Sim, bastante. Desenvolvendo projetos que buscassem, resgatassem os valores... e até ver a questão da alimentação das crianças, porque a gente recebe crianças que a gente tem que levar pro refeitório pra comer... questão socioeconômica. [sic]<sup>21</sup>

Como pudemos observar, mais uma vez surge a questão da necessidade de atuação do Assistente Social junto à família, bem como a busca da inserção da família dos estudantes na escola. As respostas evidenciam uma necessidade urgente da escola pesquisada: o trabalho social com a família. A fala repetida de que é necessário fazer uma ponte entre família-escola, com vistas a minimizar as situações de conflito que se apresentam no cotidiano escolar oriundas da realidade familiar de seus estudantes, acendeu um alerta e é mais uma justificativa no que tange a atuação do Assistente Social no contexto escolar.

Acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através de ações ou de trabalhos de grupo com os pais, que se mostra à importância da relação escola-aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e,

<sup>20</sup> Entrevistada III. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

<sup>21</sup> Entrevistada V. [maio. 2015]. Entrevistadora: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba, 2015. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A deste artigo.

conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita novamente. [...] O assistente social deverá trabalhar com ações educativas e não só com soluções de problemas, entendendo que a educação se constitui em uma política social que tem como compromisso garantir os direitos sociais, conseqüentemente podendo apresentar uma ampliação do conceito de educação impregnado na sociedade atual [...] (SANTOS, 2015).

Cabe ressaltar que a atuação do assistente social no campo educacional não se restringe somente à solução de “problemas” sociais, uma vez que as possibilidades de atuação deste profissional são muito mais abrangentes do que isto.

Para o profissional que atua com o Serviço Social Escolar (assistentes sociais habilitados ao exercício da profissão) caberá desenvolver atividades técnicas profissionais, dentre outras as seguintes funções:

- Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Realização de visitas sociais com objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º Lei 8662/93, não especificadas acima. (CFESS, 2001, p. 13).

Cada ação acima mencionada é justificada, uma vez que, segundo Santos (2012), para o fazer profissional do Assistente Social é necessário que primeiro se tenha amplo conhecimento da realidade dos estudantes e de suas famílias. Conhecendo esta realidade, torna-se possível compreender as necessidades específicas de cada um, facilitando assim a abordagem e a atuação do profissional, ouvindo, entendendo as situações que forem trazidas à tona e fazendo os encaminhamentos necessários para as demais Políticas Públicas. Somente quando as ações forem pautadas neste sentido, se conseguirá resultados positivos, uma vez que, quando se conhece a realidade vivenciada fora dos muros da escola, torna-se possível fazer com que os pais/responsáveis pelos estudantes também se vejam

como cidadãos e sujeitos de direitos, e desta forma, compreendam o seu papel, suas responsabilidades, suas limitações e suas potencialidades enquanto família, na vida de sua criança e/ou adolescente.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Há muito tempo a escola já não é mais vista apenas como um ambiente de transferência de conhecimento. Hoje a escola possui um papel muito mais abrangente e porque não dizer, complexo: contribuir para a formação de cidadão críticos, cientes de seus direitos e deveres.

No cotidiano de uma instituição de ensino, muitas demandas têm se apresentado, que na maioria vezes fogem às práticas pedagógicas. Isto porque, de uma maneira ou de outra, os estudantes trazem para o interior de suas escolas, boa parte da realidade que vivenciam fora dos muros da unidade de ensino.

Esta realidade que acompanha os estudantes para dentro da escola vem carregada de histórias, sentimentos, sofrimentos e dificuldades. São em sua maioria, crianças e adolescentes, que vivenciam em seus lares ou em suas comunidades, situações de violência física, sexual e psicológica, negligência, carência financeira e afetiva, falta de limites, dentre outras situações de vulnerabilidade.

Na pesquisa de campo, a realidade sócio-familiar do estudante aparece durante toda a pesquisa, de uma forma ou de outra, como uma demanda e uma dificuldade de atuação da escola. A unidade de ensino pesquisada encontra-se em uma localidade onde há muitas situações de vulnerabilidade social, e cujas famílias de seus estudantes enfrentam dificuldades, que influenciam em seu comportamento e relações no cotidiano escolar.

A ausência da família na vida escolar dos estudantes, bem como a dificuldade de atuação da escola para a resolução de situações oriundas de uma realidade de vulnerabilidade social vivenciada por seus estudantes, surgem como demandas para a atuação do Assistente Social na escola. Isto porque o Assistente Social tem na família o seu principal – porém não único – campo de atuação.

O Projeto de Lei 3688/200 (BRASIL, 2014) que dispõe sobre a atuação do Assistente Social em escolas de educação básica traz consigo um desafio a este profissional, que é buscar na escola seu espaço de trabalho e estabelecer seu método de trabalho e atuação, respeitando seu código de ética e as atribuições



privativas da profissão. Não cabe a este profissional atuar apenas nas questões familiares e sociais dos estudantes. Também aparece como demanda para o Assistente Social, o trabalho com a equipe multiprofissional da escola e com a rede de atendimento às crianças e aos adolescentes. Considerando que a escola entende fazer parte do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, se faz necessário que a mesma conheça, de fato, a rede de atendimento que integra este sistema, para então estabelecer parcerias e atuar efetivamente enquanto rede. Fato este evidenciado na pesquisa de campo desenvolvida.

Justamente por não ter conhecimento da rede de atendimento do município, a escola não sabe exatamente de que maneira pode atuar para solucionar as questões de conflitos que surgem em seu cotidiano. Atualmente, os procedimentos adotados pela unidade de ensino pesquisada, têm servido muito mais como uma comprovação documental do que como uma providência efetiva propriamente dita. Por este motivo, cabem esclarecimentos aos profissionais da educação, a respeito do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, bem como da rede de atendimento que o integra, com o intuito de fazer com que a escola efetivamente se sinta parte integrante e atuante deste sistema.

A escola pode e deve fazer encaminhamentos para a rede de atendimento, mas como percebido na pesquisa, não tem conhecimento disto. Sendo assim, cabe também ao Assistente Social o trabalho com os gestores e corpo docente, partilhando conhecimentos e efetivando parcerias com as demais políticas públicas de atenção às crianças e aos adolescentes.

Considerando a pesquisa realizada, podemos afirmar que, trabalhar todas essas situações que surgem no cotidiano de uma instituição de ensino ultrapassam questões pedagógicas e confirmam a importância da inserção do profissional de Serviço Social na equipe multidisciplinar da escola, atuando de forma a contribuir para a formação de cidadãos socialmente emancipados, e fortalecendo a comunicação e o diálogo entre família e unidade de ensino, bem como efetivando a parceria entre escola e rede de atendimento.

## **THE SOCIAL SERVICE PROFESSIONAL IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: THE REALITY OF THE COUNTY OF IMBITUBA/SC.**

**Abstract:** This article analyzes the everyday demands from students of the E.E.B. Deputado Joaquim Ramos, in the county of Imbituba/SC, with the goal of comprehend the importance of the Social Service Professional within regular educational institutions, to mediate them. Considering that each student brings with him/her a good part of the reality in which he/she lives within his/her family or community, it is relevant to analyze his/her condition as a student, including not only the dynamic process and reality at school, but also external elements that structures this person, in order to comprehend how does this reality influences his/her behavior in school. For that, this article is based on bibliographical research about the theme, descriptive documental research of the incidents registered by the school's administration, as well as semi-structured interviews with the Body of teachers and administration of the researched school. Based upon the collected data and complete bibliographical research, it was emphasized the importance and necessity of the work of the Social Service professional within the regular educational institutions, considering the prerogatives established by the Code of Ethics for the Social Services professional.

**Key Words:** Social Service. Education. Family.

### **4 REFERÊNCIAS**

AQUINO, Julio G. (Org.) **Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas.** In: LAJONQUIÉRE, Leandro de. A criança, "sua" (in) disciplina e a psicanálise. In: TAILLE, Yves de La. A indisciplina e o sentimento de vergonha. 1996. São Paulo: Editora Sumus.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 2010. Brasília: Senado Federal.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente.** 2012. Florianópolis. Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3688/2000.** Brasília. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>> Acesso em 14/04/2015.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. In CARVALHO, Maria do Carmo Brant de et al. (Org.). **A família contemporânea em debate.** 2000. São Paulo: EDUC/Cortez.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação.** 2001. Brasília. Disponível em: <[www.cfess.org.br/arquivos/SS\\_na\\_Educacao \(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao%20(2001).pdf)> Acesso em 14/05/2015.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf)> Acesso em 14/04/2015.

EYNG, Ana Maria; D'ALMEIDA, Maria Lourdes do Prado Kruger; PACIEVITCH, Thais. **O trabalho em rede na garantia de direitos e superação das violências nas escolas**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/AnaMariaEyng-comunicacaoOral-int.pdf>> Acesso em 21/05/2015.

FAUSTINO, Micheli Klauberg. **O Serviço Social na educação: possibilidades de intervenção frente a situações de exclusão social, poder e violência**. 2008. Florianópolis Disponível em: <[www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/.../micheli\\_klauberg\\_faustino\\_11.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/.../micheli_klauberg_faustino_11.pdf) > Acesso em 14/05/2015.

GOMES, Giovana Calcagno; FILHO, Wilson Danilo Lunardi. Banalização da violência na família. In LUZ, Anna Maria Hecker et al. (Org.). **As amarras da violência: a família, as instituições e a enfermagem**. 2004. Brasília: Associação Brasileira de Enfermagem.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 2001. São Paulo: Editora Cortez.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 1998. São Paulo: Editora Cortez.

PACIEVITCH, Thais; GIRELLI, Eliane; EYING, Ana Maria. **Violências nas escolas: mediação de conflitos e o clima escolar**. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3340\\_1577.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3340_1577.pdf)> Acesso em 21/05/2015.

PRIMEIRA, Professora. **Pesquisa científica**: depoimento. Entrevistador: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba: UNISUL, 2015.

QUARTA, Professora. **Pesquisa científica**: depoimento. Entrevistador: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba: UNISUL, 2015.

QUINTA, Professora. **Pesquisa científica**: depoimento. Entrevistador: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba: UNISUL, 2015.

SANTOS, Nelma Souza dos. **Serviço Social e Educação: Contribuições do Assistente Social na Escola**. Disponível em: <[www.reitoria.uri.br/~vivencias/numero\\_015/artigos/pdf/artigo\\_10.pdf](http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/numero_015/artigos/pdf/artigo_10.pdf)> Acesso em 14/04/2015.

SANTOS, André Michel dos. **As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil**. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/as-contribuicoes-servico-social-para-realidade-escolar-.htm>> Acesso em 20/05/2015.

SEGUNDA, Professora. **Pesquisa científica**: depoimento. Entrevistador: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba: UNISUL, 2015.

SEXTA, Professora. **Pesquisa científica**: depoimento. Entrevistador: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba: UNISUL, 2015.

SÉTIMA, Professora. **Pesquisa científica**: depoimento. Entrevistador: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba: UNISUL, 2015.

SILVA, Luciana Batista da; GUIMARÃES, José Luiz. Conselho de Direitos e Conselho Tutelar: mecanismos de controle social e gestão de políticas públicas para crianças e adolescentes. In MATTIOLI, Olga Celiliato et al. (Org.). **A violência nos contextos familiar e social**. 2009. Curitiba: Ed. CRV.

TERCEIRA, Professora. **Pesquisa científica**: depoimento. Entrevistador: Ana Carolina Vichiect Arguim. Imbituba: UNISUL, 2015.

VERONESE, Josiane Rose Petry; COSTA, Marli Marlene Moraes da. **Violência doméstica: quando a vítima é criança ou adolescente – uma leitura interdisciplinar**. 2006. Florianópolis: OAB/SC Editora.

## APÊNDICES



### UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA ROTEIRO DE ENTREVISTA

SEXO: ( ) Masculino ( ) Feminino

IDADE:

FORMAÇÃO:

FUNÇÃO:

TEMPO QUE ATUA NA ESCOLA:

1. Em sua percepção, quais as ocorrências mais freqüentes registradas no livro de ocorrências da escola?

2. Qual o objetivo do registro no livro de ocorrências?

3. Quais os procedimentos adotados pela escola, após o registro no livro?

4. Quais resultados são observados no comportamento/atitudes dos estudantes, após as medidas adotadas pela escola nos casos de conflitos, violência, etc, que são registrados no livro de ocorrências?

( ) Melhoria total ( ) Melhora parcial ( ) Nenhuma melhoria ( ) Piora

Por que?

5. Você tem conhecimento da existência de serviços/programas no município de Imbituba/SC, para garantia de direitos de crianças e adolescentes? ( ) Não ( ) Sim.

Quais:

6. Em sua percepção, qual a responsabilidade da escola com relação a estas instituições de garantia de direitos de crianças e adolescentes do município de Imbituba/SC?

7. Você tem conhecimento da realidade familiar de seus alunos, em especial aqueles que mais se envolvem em conflitos dentro do ambiente escolar? ( ) Não

( ) Sim. Qual realidade se apresenta?

8. Quais as maiores dificuldades da escola, com relação aos conflitos apresentados no âmbito escolar?

9. A escola desenvolve algum trabalho/projeto tendo em vista a realidade apresentada pelos alunos? (Principalmente os alunos envolvidos em conflitos na escola)

10. Você tem conhecimento de que o assistente social pode fazer parte da equipe de trabalho na educação?

( ) Sim ( ) Não

11. Que papel o assistente social poderia desenvolver na política de educação?

12. Você acredita que no contexto atual de sua escola, é necessária a atuação de um assistente social?

Imbituba, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_